



**A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DO AUTISMO NA CLÍNICA
PSICANALÍTICA E A DANÇA COMO DISPOSITIVO DE CUIDADO**

**THE CONTEMPORARY CONCEPTION OF AUTISM IN
PSYCHOANALYTIC PRACTICE AND DANCE AS A CARE TOOL**

Suelen Aparecida Braz¹

Tatiana Leite Cavalcante²

João Felipe da Silva³

Ana Maria Collete Chalfun Puech⁴

¹Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, Minas Gerais, E-mail:

suelen.braz@alunos.unis.edu.br

² Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, Minas Gerais, E-mail:

tatiana.cavalcante@alunos.unis.edu.br

³Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, Minas Gerais, E-mail:

joao.silva30@alunos.unis.edu.br

⁴Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, Minas Gerais, E-mail:

anacollete@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a concepção contemporânea do autismo no campo da clínica psicanalítica, destacando o deslocamento de uma perspectiva patologizante para uma abordagem centrada na singularidade e na constituição subjetiva do sujeito. O estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma a dança pode operar como dispositivo de cuidado na clínica psicanalítica com sujeitos autistas? Discute-se o autismo não apenas como um conjunto de déficits, mas como um modo próprio de organização psíquica e de relação com o mundo, com o outro e com a linguagem. Nesse contexto, a psicanálise contemporânea propõe uma escuta que reconhece os limites da interpretação e valoriza formas não verbais de expressão. A dança é abordada como dispositivo clínico que possibilita a construção de

vínculos por meio do corpo, do movimento e da dimensão sensível da experiência, ampliando as possibilidades de intervenção para além da linguagem verbal. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada principalmente nos aportes teóricos de Fernand Deligny, Jorge Larrosa e Peter Pál Pelbart, articulados a produções contemporâneas sobre autismo e práticas corporais. Conclui-se que a articulação entre psicanálise e dança contribui para a construção de práticas clínicas orientadas pela ética da singularidade, pela escuta não normativa e pela valorização de diferentes formas de expressão subjetiva.

Palavras-chave: Autismo; Psicanálise; Dança; Corpo; Cuidado.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão do autismo tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, especialmente no campo da clínica psicanalítica contemporânea. Se, em momentos anteriores, o autismo foi amplamente interpretado a partir de modelos patologizantes e centrados no déficit, atualmente observa-se um deslocamento teórico que busca compreendê-lo como uma forma específica de organização psíquica, marcada por modos próprios de relação com o corpo, com a linguagem e com o outro. Nesse contexto, o pensamento de Fernand Deligny destaca-se ao propor práticas que se afastam da interpretação normativa e priorizam a convivência, a observação e a construção de vínculos fora da lógica da adaptação forçada.

A presente investigação insere-se na perspectiva da psicanálise de orientação ética, que reconhece os limites da linguagem e da interpretação no encontro com o sujeito autista. Tal abordagem dialoga com contribuições de autores como Jorge Larrosa, ao enfatizar a experiência como elemento central na construção do conhecimento e das relações, e de Peter Pál Pelbart, ao problematizar os modos de subjetivação contemporâneos. A partir desse referencial, o autismo deixa de ser compreendido exclusivamente como um transtorno a ser corrigido e passa a ser considerado em sua complexidade, exigindo práticas clínicas que se abram ao imprevisível e ao não plenamente simbolizável.

Nesse cenário, a dança emerge como um possível dispositivo clínico, na medida em que mobiliza o corpo como espaço de expressão e de relação. Diferentemente de abordagens centradas na linguagem verbal, a experiência corporal permite a construção de vínculos por meio do movimento, do ritmo e da presença, favorecendo formas de interação que não dependem da mediação simbólica tradicional. Assim, a dança pode contribuir para ampliar o

campo de intervenção clínica, ao possibilitar modos de cuidado que operam na dimensão sensível da experiência.

Diante disso, o presente estudo busca responder à seguinte questão: de que forma a dança pode operar como dispositivo de cuidado na clínica psicanalítica com sujeitos autistas? Como objetivo geral, pretende-se analisar a concepção contemporânea do autismo na clínica psicanalítica, articulando-a à dança como dispositivo clínico. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) examinar as contribuições teóricas de Deligny para a compreensão do autismo; (ii) discutir o papel da experiência e da corporeidade a partir de Larrosa e Pelbart; e (iii) analisar a dança como prática clínica que favorece formas não verbais de vínculo e expressão.

No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. O recorte teórico concentra-se em autores da psicanálise contemporânea e em produções que articulam autismo, corpo e práticas expressivas, permitindo estabelecer um diálogo entre diferentes campos do saber. Tal abordagem possibilita compreender o fenômeno em sua complexidade, sem reduzi-lo a categorias fixas ou explicações generalizantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O autismo e as mudanças na forma de compreensão

A compreensão do autismo nem sempre se deu da forma como é concebida na atualidade, sendo marcada por diferentes interpretações ao longo do tempo, muitas delas atravessadas por perspectivas reducionistas e patologizantes. Em seus primeiros estudos, o autismo foi associado a um distúrbio grave do desenvolvimento, frequentemente compreendido como um desvio em relação a um padrão considerado normal. Esse modelo, fortemente influenciado pela medicina tradicional, buscava identificar causas e propor intervenções corretivas, como se o objetivo central fosse ajustar o sujeito a uma norma previamente estabelecida. Nesse contexto, pouco se considerava a subjetividade do indivíduo, prevalecendo uma visão que priorizava o diagnóstico em detrimento da escuta. Como aponta Tustin (1984), o autismo era frequentemente visto como uma condição a ser tratada a partir de suas manifestações externas, sem que se aprofundasse na experiência interna do sujeito.

No campo da psicanálise, as primeiras abordagens também foram marcadas por equívocos importantes, especialmente no que diz respeito à responsabilização familiar. Durante certo período, difundiu-se a ideia de que o autismo estaria relacionado a falhas no

vínculo afetivo inicial, sobretudo com a mãe, o que gerou um forte estigma social e sofrimento adicional às famílias. No entanto, com o avanço das discussões teóricas, essa perspectiva foi sendo revista, dando lugar a uma compreensão mais ética e menos culpabilizadora. A psicanálise contemporânea passou a reconhecer o autismo como uma forma singular de constituição psíquica, afastando-se de explicações simplistas. Nesse sentido, observa-se um movimento de deslocamento teórico que busca compreender o sujeito para além de sua condição diagnóstica, valorizando sua maneira própria de estar no mundo.

Essa mudança de paradigma permitiu que o autismo passasse a ser compreendido não apenas como um conjunto de déficits, mas como um modo de existência que carrega sua própria lógica. Ao invés de focar exclusivamente nas dificuldades, passou-se a considerar também as formas de expressão, de comunicação e de relação que o sujeito autista desenvolve. Como destaca Deligny (2015), é necessário abandonar a tentativa constante de enquadrar o outro em categorias pré-definidas, permitindo que novas formas de relação possam emergir a partir do encontro. Essa perspectiva rompe com a ideia de que há apenas uma maneira legítima de existir, abrindo espaço para a pluralidade dos modos de ser.

Nesse contexto, o trabalho de Fernand Deligny se torna especialmente relevante, ao propor uma abordagem que se distancia da normatização e da intervenção invasiva. Ao conviver com crianças autistas, o autor desenvolveu práticas baseadas na observação e no respeito aos modos próprios de agir desses sujeitos, evitando interpretações que buscassem traduzir seus comportamentos em significados padronizados. Para Deligny (2015), o agir autista não deve ser visto como ausência de sentido, mas como expressão de uma lógica que escapa ao modelo dominante de compreensão. Essa concepção contribui para uma mudança significativa na forma de olhar o autismo, deslocando o foco da correção para a convivência.

De maneira complementar, estudos mais recentes reforçam a importância de pensar o autismo fora da lógica da patologização, propondo uma abordagem que valorize a singularidade e a autonomia dos sujeitos. Jung e Raniere (2025) destacam que a experiência com crianças autistas pode abrir caminhos para novas formas de relação, desde que se abandone a imposição de normas e se permita a construção de espaços mais livres e menos intrusivos. Essa perspectiva dialoga com a ideia de que o cuidado não deve ser baseado na adaptação forçada, mas na criação de condições que possibilitem ao sujeito existir de acordo com sua própria dinâmica.

A noção de experiência ganha destaque nesse processo de transformação do olhar sobre o autismo. Para Larrosa (2011), a experiência está relacionada ao que nos atravessa e nos transforma, sendo um elemento fundamental na construção do conhecimento e das

relações humanas. Aplicada ao contexto do autismo, essa ideia sugere que o encontro com o sujeito autista não deve ser mediado apenas por saberes técnicos, mas também pela disponibilidade de ser afetado pelo outro. Isso implica uma postura ética que valoriza a escuta e o respeito, reconhecendo que o conhecimento também se constrói na relação.

Outro aspecto importante diz respeito à crítica às estruturas sociais que insistem em normatizar os modos de existência. A sociedade contemporânea, marcada por padrões rígidos de comportamento, tende a excluir aquilo que foge à norma, dificultando a inclusão de sujeitos que apresentam formas diferentes de interação. Nesse sentido, pensar o autismo a partir de uma nova concepção também envolve questionar esses padrões e buscar alternativas mais inclusivas. Como aponta Pelbart (2003), é necessário abrir espaço para modos de vida que escapem à lógica dominante, reconhecendo a potência da diferença como elemento constitutivo da vida social.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que a compreensão do autismo está em constante transformação, exigindo um olhar cada vez mais sensível e menos normativo. Ao reconhecer o sujeito autista como alguém que possui uma forma própria de existir, rompe-se com a lógica da correção e abre-se espaço para práticas mais éticas e humanas. Essa mudança não se dá apenas no campo teórico, mas também nas formas de intervenção e cuidado, que passam a valorizar o encontro, a escuta e a singularidade. Assim, pensar o autismo na contemporaneidade é, sobretudo, um exercício de abertura ao diferente, àquilo que desafia nossas certezas e nos convida a repensar o próprio conceito de humanidade.

Mais do que uma simples mudança conceitual, o deslocamento na compreensão do autismo implica uma transformação efetiva na prática clínica. Ao abandonar a centralidade da correção e da adaptação, a clínica passa a se orientar por uma ética que reconhece a opacidade do sujeito e os limites do saber do profissional. Nesse sentido, não se trata apenas de compreender o autismo de forma diferente, mas de sustentar uma posição clínica que tolere o não saber e o não controle.

Essa perspectiva coloca em questão modelos interventivos baseados na normatização do comportamento, frequentemente orientados por parâmetros de desempenho e funcionalidade. Ao contrário, a abordagem aqui discutida propõe que o cuidado se construa a partir do encontro, mesmo quando este não se organiza segundo expectativas prévias. Tal posição exige do clínico uma revisão de sua própria prática, deslocando-o de um lugar de especialista que interpreta para um lugar de presença que acompanha.

2.2. A nova concepção do autismo na psicanálise

A nova concepção do autismo no campo da psicanálise representa um importante deslocamento teórico e ético, que rompe com modelos anteriores centrados na falta, no déficit e na tentativa de normalização do sujeito. Se antes predominava uma leitura que buscava explicar o autismo a partir de falhas no desenvolvimento psíquico, hoje observa-se um movimento que procura compreender o sujeito autista em sua singularidade, respeitando seus modos próprios de existir, de se relacionar e de construir o mundo. Essa mudança não ocorre de forma abrupta, mas é resultado de revisões críticas dentro da própria psicanálise, que passou a questionar suas bases e a reconhecer os limites de interpretações excessivamente generalizantes.

Nesse novo cenário, o autismo deixa de ser visto apenas como uma ausência ou um déficit em relação à linguagem e à relação com o outro, passando a ser compreendido como uma forma particular de organização subjetiva. Isso implica reconhecer que o sujeito autista não está simplesmente desconectado do mundo, mas estabelece com ele uma relação distinta, muitas vezes mediada por outras formas de expressão que escapam à lógica simbólica tradicional. Como aponta Deligny (2015), há modos de existência que não se organizam a partir do que ele chama de “projeto pensado”, ou seja, da lógica consciente e intencional que orienta a maioria dos sujeitos.

Trata-se de buscar um modo de ser que as permitisse existir, nem que para isso tivesse que modificar o nosso. Essa perspectiva é fundamental para compreender o deslocamento proposto pela psicanálise contemporânea, pois sugere que o problema não está necessariamente no sujeito autista, mas na rigidez dos modelos que tentam compreendê-lo. Ao invés de exigir que o outro se adapte a uma norma, a clínica passa a se abrir para a possibilidade de transformação de seus próprios referenciais. Trata-se, portanto, de uma mudança que não é apenas teórica, mas profundamente ética, pois implica uma revisão da posição do analista frente ao sujeito (DELIGNY, 2015, p. 68).

Essa nova concepção reforça a importância de uma escuta que não seja invasiva nem interpretativa em excesso. Diferentemente de abordagens que buscam traduzir imediatamente o comportamento do sujeito em significados simbólicos, a psicanálise contemporânea propõe uma escuta que acolhe o não dito, o silêncio e até mesmo aquilo que escapa à compreensão. Nesse sentido, o autismo desafia a própria psicanálise a lidar com os limites da linguagem e a reconhecer que nem toda experiência pode ser plenamente simbolizada. Como destacam Jung e Raniere (2025), é necessário abandonar a lógica de interpretação constante para permitir que outras formas de relação possam emergir.

Ao contrário de uma visão que privilegia exclusivamente a linguagem verbal, essa nova abordagem reconhece o corpo como um espaço fundamental de expressão e de construção de sentido. Os gestos, os movimentos e as repetições deixam de ser vistos apenas

como sintomas e passam a ser compreendidos como formas legítimas de comunicação. Essa mudança de olhar permite uma aproximação mais sensível e menos invasiva, abrindo espaço para práticas que valorizam o encontro corporal como forma de cuidado.

A psicanálise também se aproxima de outras áreas do conhecimento, como a arte e a dança, reconhecendo nelas possibilidades de acesso ao universo do sujeito autista. Ao considerar que nem todas as experiências passam pela linguagem verbal, amplia-se o campo de intervenção, permitindo que o cuidado se dê também por meio do sensível, do estético e do relacional. Como aponta Viana (2021), a experiência com pessoas autistas pode revelar caminhos inesperados de comunicação, desde que haja abertura para o desconhecido e disposição para abandonar certezas prévias.

Essa nova concepção também implica uma crítica à ideia de cura, tão presente em modelos tradicionais de intervenção. Ao invés de buscar eliminar o autismo ou reduzir suas manifestações, a psicanálise contemporânea propõe um cuidado que respeita a singularidade do sujeito e busca criar condições para que ele possa existir de forma mais plena. Isso não significa negar as dificuldades, mas sim reconhecer que o cuidado não deve estar centrado na normalização, e sim na construção de possibilidades de existência.

2.3. A dança como possibilidade de cuidado na clínica

A inserção da dança como possibilidade de cuidado na clínica representa um deslocamento importante em relação às práticas tradicionais, especialmente quando se trata do acompanhamento de sujeitos autistas. Em vez de privilegiar exclusivamente a linguagem verbal e os processos interpretativos, a dança abre espaço para uma dimensão sensível, corporal e relacional, que muitas vezes se mostra mais acessível e significativa. O cuidado deixa de estar centrado na tentativa de explicar ou corrigir o sujeito, passando a valorizar o encontro, a presença e a construção de vínculos por meio do corpo. Trata-se de uma prática que não impõe formas, mas que se constrói a partir da escuta do movimento e da disponibilidade para o inesperado.

Ao considerar o corpo como espaço de expressão, a dança possibilita que o sujeito autista se comunique de maneiras que não dependem da linguagem verbal, respeitando seus modos próprios de existir. Gestos repetitivos, movimentos aparentemente desconexos ou silenciosos passam a ser vistos não como sintomas a serem eliminados, mas como formas legítimas de manifestação. Essa mudança de olhar é fundamental, pois permite que o profissional abandone a postura de correção e adote uma atitude de acolhimento. Como

aponta Viana (2021), é preciso aprender a observar o outro sem a intenção imediata de interpretar, criando condições para que algo do encontro possa emergir.

A dança não se configura como uma técnica a ser aplicada, mas como uma experiência que se constrói na relação. Não há passos definidos, objetivos rígidos ou expectativas de desempenho. Pelo contrário, o que se busca é a criação de um espaço onde o sujeito possa experimentar, explorar e existir de forma livre. Isso exige do profissional uma postura ética marcada pela escuta sensível e pela capacidade de sustentar o não saber. Como destaca Larrosa (2011), a experiência verdadeira é aquela que nos atravessa e nos transforma, e isso só é possível quando há abertura para o que não está previamente determinado.

A prática da dança na clínica também envolve um exercício constante de desapego por parte do profissional. É necessário abandonar ideias pré-concebidas sobre o que seria uma “boa” interação ou um “avanço” esperado, permitindo que o processo se construa a partir do tempo e do ritmo do sujeito. Essa postura rompe com a lógica produtivista que muitas vezes atravessa as práticas de cuidado, nas quais se espera resultados mensuráveis em curto prazo. Na dança, o valor está no próprio encontro, naquilo que se constrói no instante, mesmo que seja efêmero. Como afirma Viana (2021), trata-se de uma prática que exige disponibilidade para o risco, para o erro e para o imprevisível.

A dança favorece uma forma de comunicação que não depende de palavras, mas que se dá na troca de olhares, na proximidade, no ritmo compartilhado. Esse tipo de interação pode ser especialmente potente no trabalho com sujeitos autistas, que muitas vezes estabelecem relações de forma distinta daquelas esperadas socialmente. Ao invés de forçar uma adaptação, a dança permite que o vínculo se construa a partir do que é possível naquele momento, respeitando os limites e as possibilidades de cada sujeito.

Ao explorar movimentos, ritmos e formas de expressão, o sujeito tem a oportunidade de experimentar novas maneiras de se relacionar consigo mesmo e com o mundo. Esse processo não se dá de forma linear, nem necessariamente consciente, mas envolve uma dimensão sensível que contribui para a construção da experiência. Como aponta Pelbart (2003), a subjetividade não é algo fixo, mas uma potência em constante transformação, que se constitui nas relações e nos encontros.

A dimensão ética dessa prática também merece destaque, pois envolve uma mudança na forma de se posicionar diante do outro. Ao trabalhar com a dança na clínica, o profissional é constantemente convocado a rever suas certezas, a questionar suas práticas e a reconhecer os limites de seu saber. Não se trata de conduzir o sujeito, mas de caminhar junto, construindo

possibilidades de existência a partir do encontro. Essa postura exige humildade, sensibilidade e, sobretudo, respeito pela singularidade do outro.

A introdução da dança como dispositivo clínico não representa apenas a incorporação de uma nova técnica, mas uma reconfiguração da própria lógica de cuidado. Ao deslocar o foco da linguagem verbal para a experiência corporal, a clínica deixa de depender exclusivamente da interpretação simbólica e passa a operar em uma dimensão pré-verbal, na qual o vínculo se constrói por meio do ritmo, da presença e da co-existência no espaço.

Nesse contexto, o manejo clínico sofre alterações significativas. O profissional não ocupa mais o lugar de quem conduz ou interpreta, mas de quem acompanha e se disponibiliza ao encontro, mesmo quando este se apresenta de forma fragmentada ou não linear. A dança, portanto, não atua como instrumento de correção, mas como campo de experimentação, no qual o sujeito pode explorar formas próprias de expressão sem a exigência de adequação a padrões externos.

Do ponto de vista clínico, isso implica reconhecer que movimentos repetitivos, frequentemente classificados como estereotípias, podem ser ressignificados como tentativas de organização do corpo e de relação com o ambiente. Ao invés de serem interrompidos, esses movimentos podem ser acolhidos e acompanhados, possibilitando a construção de um espaço compartilhado. Assim, a dança introduz uma clínica que se orienta menos pela intervenção direta e mais pela sustentação de uma presença que legitima a experiência do sujeito.

2.4. O corpo como espaço de encontro

O corpo foi tratado na clínica como um objeto a ser observado, corrigido ou ajustado, sobretudo quando se tratava de sujeitos que escapavam aos padrões normativos, como no caso do autismo. No entanto, as transformações contemporâneas no campo da psicanálise e das práticas de cuidado têm evidenciado que o corpo não é apenas suporte, mas presença, linguagem e possibilidade de relação. Ele não é algo que o sujeito possui, mas algo que ele é, em sua forma mais imediata de estar no mundo.

Nesse sentido, o corpo deixa de ser visto como um obstáculo para a comunicação e passa a ser reconhecido como um campo fértil de trocas, afetos e construções de sentido. Especialmente no trabalho com sujeitos autistas, essa mudança de perspectiva é fundamental, pois permite que o encontro aconteça para além da palavra. O olhar, o gesto, o ritmo e até mesmo o silêncio passam a ser compreendidos como formas legítimas de comunicação. Como aponta Viana (2021), é na disponibilidade do corpo que se abre a possibilidade de ser afetado pelo outro, criando uma relação que não se impõe, mas que se constrói na presença.

Essa compreensão dialoga diretamente com a ideia de corpo enquanto experiência, proposta por diferentes autores que pensam o sujeito para além da racionalidade. O corpo é, nesse contexto, atravessado por sensações, memórias, afetos e percepções que constituem a forma como cada indivíduo se relaciona com o mundo. Não se trata de um corpo neutro, mas de um corpo vivido, que carrega marcas e histórias. Ao considerar o corpo como espaço de encontro, reconhece-se que é nele que se dá a possibilidade de conexão com o outro, mesmo quando a linguagem verbal falha ou se mostra insuficiente.

Escutar com o corpo poroso é uma linda oportunidade para ser afetado pelo corpo do outro, pelo que emana no espaço-tempo do aqui e agora. Uma linda oportunidade de experiências inéditas, inesperadas, engrandecedoras, abertas, dinâmicas. (VIANA, 2021, p. 55).

Essa passagem evidencia uma dimensão essencial do encontro: a abertura para o que não está previamente determinado. O corpo, quando compreendido como espaço de escuta, exige uma postura de suspensão de expectativas, de abandono de certezas e de disponibilidade para o imprevisível. Não se trata de controlar o outro, mas de permitir que algo aconteça na relação. Essa ideia rompe com modelos tradicionais de intervenção, que muitas vezes buscam conduzir o sujeito a partir de objetivos pré-estabelecidos, desconsiderando sua singularidade.

O corpo como espaço de encontro implica reconhecer que a relação com o outro não se dá apenas no plano consciente ou racional, mas também no nível sensível e afetivo. Há uma comunicação que acontece antes da palavra, que se expressa na forma como os corpos se aproximam, se afastam, se sincronizam ou se desorganizam. Esse tipo de interação é especialmente significativo no trabalho com sujeitos autistas, pois permite a construção de vínculos que respeitam seus modos próprios de relação. Como destacam Jung e Ranieri (2025), é necessário criar condições para que o encontro aconteça sem imposições, valorizando aquilo que emerge da relação.

Na medida em que o sujeito se movimenta, experimenta e interage, ele produz novas formas de se relacionar consigo mesmo e com o mundo. Esse processo não é linear nem previsível, mas envolve uma dimensão de descoberta e invenção. A dança, nesse contexto, aparece como uma prática que potencializa essa experiência, ao permitir que o corpo se expresse de maneira livre e não normativa. Como aponta Pelbart (2003), a subjetividade se constrói nas relações e nas experiências que atravessam o sujeito.

Essa perspectiva também exige uma mudança na postura do profissional que atua na clínica. Ao invés de ocupar um lugar de saber absoluto, ele é convidado a se colocar em uma posição de escuta e abertura, reconhecendo que o encontro com o outro é sempre uma experiência única e imprevisível. Isso implica aceitar que nem tudo pode ser compreendido ou

traduzido, e que há um valor no próprio processo de estar junto. O cuidado, nesse sentido, não se dá pela imposição de técnicas, mas pela construção de uma presença que acolhe e sustenta o outro em sua singularidade.

Pensar o corpo como espaço de encontro implica romper com a tradição que o reduz a um organismo a ser regulado ou a um suporte da linguagem. No campo da clínica contemporânea, o corpo passa a ser compreendido como território de inscrição da experiência, no qual se articulam sensações, afetos e modos de presença no mundo. Trata-se, portanto, de um corpo que não se limita à dimensão biológica, mas que se constitui na relação.

Essa concepção aproxima-se de uma perspectiva na qual o corpo é entendido como campo de intensidades, conforme discutido por Peter Pál Pelbart, ao enfatizar a dimensão processual da subjetividade. Nesse sentido, o corpo do sujeito autista não deve ser interpretado a partir de sua inadequação a normas sociais, mas como expressão de uma lógica própria de organização, que muitas vezes escapa à codificação simbólica.

Ao considerar o corpo como lugar de produção de sentido, a clínica é convocada a operar em uma dimensão que antecede a palavra, sustentando formas de comunicação que se dão no plano do sensível. Isso exige uma escuta que não se restringe ao discurso, mas que se amplia para captar variações de ritmo, intensidade e presença. Dessa forma, o encontro clínico deixa de ser mediado exclusivamente pela linguagem e passa a incluir uma dimensão incorporada da experiência.

Por fim, compreender o corpo como espaço de encontro é reconhecer que o cuidado pode acontecer de formas múltiplas, muitas vezes fora dos modelos tradicionais. É admitir que há potência naquilo que escapa à norma, no que é diferente, no que não se encaixa. Essa perspectiva amplia o campo da clínica, permitindo a construção de práticas mais sensíveis, éticas e inclusivas. Assim, o corpo deixa de ser visto como um problema a ser resolvido e passa a ser entendido como um território de possibilidades, onde o encontro com o outro se torna não apenas possível, mas profundamente transformador.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a concepção contemporânea do autismo, no âmbito da clínica psicanalítica, promove um deslocamento significativo em relação a modelos centrados na patologização e na adaptação normativa, ao reconhecer o sujeito autista em sua forma própria de organização psíquica e de relação com o mundo. Tal perspectiva implica uma transformação na prática clínica, que deixa de se orientar pela lógica da correção para

sustentar uma ética do encontro, marcada pela escuta ampliada e pela consideração das múltiplas formas de expressão.

A inserção da dança como dispositivo clínico evidencia-se como uma contribuição relevante deste estudo, na medida em que amplia o campo de intervenção ao incorporar o corpo como dimensão central do cuidado. Ao possibilitar formas de vínculo que não dependem exclusivamente da linguagem verbal, a dança favorece a construção de experiências compartilhadas baseadas no movimento, no ritmo e na presença, indicando caminhos para uma clínica que opera também na esfera do sensível. Nesse sentido, o trabalho contribui para o fortalecimento de práticas clínicas que reconhecem a pluralidade dos modos de existência e a potência das expressões não normativas.

Entretanto, é importante destacar os limites desta pesquisa, que se caracteriza como uma revisão bibliográfica, não contemplando a análise empírica de práticas clínicas concretas. Além disso, o recorte teórico adotado, centrado em autores da psicanálise contemporânea e em interlocuções com o campo da filosofia e das práticas corporais, não esgota a complexidade do tema, podendo ser ampliado por outras abordagens, como as provenientes da neurociência, da terapia ocupacional ou da educação inclusiva.

Diante disso, como desdobramentos possíveis, sugere-se o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem a aplicação da dança em contextos clínicos com sujeitos autistas, bem como pesquisas interdisciplinares que articulem diferentes campos do saber na construção de práticas de cuidado mais integradas. Também se destaca a necessidade de aprofundar a formação de profissionais para atuação em perspectivas que valorizem o corpo e a experiência, ampliando o repertório clínico para além das abordagens tradicionais.

Assim, ao articular psicanálise, autismo e dança, este estudo aponta para a construção de uma clínica que se orienta pela ética da singularidade, pela abertura ao imprevisível e pelo reconhecimento da diversidade dos modos de existir, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais consistentes, fundamentadas e alinhadas às demandas contemporâneas do cuidado.

THE CONTEMPORARY CONCEPTION OF AUTISM IN PSYCHOANALYTIC PRACTICE AND DANCE AS A CARE TOOL

Abstract

This article analyzes the contemporary conception of autism in the field of psychoanalytic practice, highlighting the shift from a pathologizing perspective to an approach centered on

the singularity and subjective constitution of the subject. The study starts from the following research problem: how can dance operate as a care device in psychoanalytic practice with autistic subjects? Autism is discussed not only as a set of deficits, but as a unique mode of psychic organization and relationship with the world, with others, and with language. In this context, contemporary psychoanalysis proposes a listening that recognizes the limits of interpretation and values non-verbal forms of expression. Dance is approached as a clinical device that enables the construction of bonds through the body, movement, and the sensitive dimension of experience, expanding the possibilities of intervention beyond verbal language. The methodology consists of a qualitative and descriptive literature review, based primarily on the theoretical contributions of Fernand Deligny, Jorge Larrosa, and Peter Pál Pelbart, articulated with contemporary productions on autism and body practices. It is concluded that the articulation between psychoanalysis and dance contributes to the construction of clinical practices guided by the ethics of singularity, non-normative listening, and the valuing of different forms of subjective expression.

Keywords: Autism; Psychoanalysis; Dance; Body; Care.

REFERÊNCIAS

- ARAGON, Luis Eduardo P. **Deligny clínico**. Cadernos Deligny, v. 1, n. 1, 2018.
- BORDIN, Tamara Maria. **O saber e o poder:** a contribuição de Michel Foucault. Saberes, Natal, v. 1, n. 10, p. 225-235, nov. 2014.
- DELIGNY, Fernand. O aracniano e outros textos. Tradução de Mara de Malimpensa. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade**. Tradução de Antônio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.
- DUFOURMANTELLE, Anne. **Éloge du risque**. Paris: Rivages, 2011.

JUNG, Álec; RANIERE, Édio. **Traçados aracnianos:** o trabalho de Fernand Deligny com crianças autistas. Revista Interdisciplinar Sulear, ano 8, n. 21, p. 14-23, 2025.

LARROSA, Jorge. **Experiência e alteridade em educação.** Reflexão e Ação, v. 19, n. 2, p. 4-27, 2011.

MALABOU, Catherine. **Changer de différence:** le féminin et la question philosophique. Paris: Galilée, 2009.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

REINALDO, Maria Rejane (org.). **O que pode a arte? Afetos, autismos, artes.** Fortaleza: Teatro da Boca Rica, 2021.

TUSTIN, Frances. **Autismo e psicose infantil.** Rio de Janeiro: Imago, 1984.

VIANA, Anamaria Fernandes. **Corredores da hospitalidade.** Fortaleza: Coleção Memória Viva da Cultura e das Artes - Teatro da Boca Rica, 2023.